

ECONOMIAS PRÓSPERAS E SUSTENTÁVEIS POR MEIO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS DE PAISAGEM

Uma visão para formuladores de políticas públicas

Julho de 2026 [Português — Brasil]





Iniciativa GALLOP e 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas

AUTORES

Bhushan H. Sethi

Fundador, Iniciativa GALLOP.

Comitê Diretivo, 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas.

Contato: bsethi@gmail.com

Sara J. Scherr, PhD

Cofundadora e Assessora, 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas.

Cofundadora e ex-Presidente/CEO, EcoAgriculture Partners.

Contato: sara.scherr@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem as contribuições e os comentários valiosos sobre versões anteriores deste documento a Louise Buck, Thomas Forster, Luc Gnacadja, Michael Keller, Juan Ramos, Camilo Romero, Blake Ratner, Shantanu Pandit e Seth Shames. Eles também expressam sua gratidão a Teresa Martins Osorio, Max Levy e Dolores Cavanagh pelo apoio na revisão linguística e no projeto editorial.

Copyright © 2026 Iniciativa GALLOP e 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para consultar a licença, acesse creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0. Todo o conteúdo ou partes deste relatório podem ser usados, reproduzidos ou distribuídos, desde que a fonte seja citada. É vedado o uso desta publicação para fins comerciais ou de revenda.

Citação sugerida: Sethi, Bhushan H. e Scherr, Sara J. 2026. Economias Prósperas e Sustentáveis por meio de Estratégias Integradas de Paisagem: uma visão para formuladores de políticas públicas. Iniciativa GALLOP e 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas. Julho.

Fotografias de Conservación Internacional Perú estão incluídas na página 6 (canto inferior esquerdo: 3 fotos da paisagem de Alto Mayo, Peru), página 9 (canto superior esquerdo) e página 15. Fotografias de Kijabe Environment Volunteers (KENVO) estão incluídas na página 6 (canto superior direito: 3 fotos da Paisagem de Lari, Quênia).



Em uma entrevista ao G20 em 2023, o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, destacou a importância decisiva de marcos políticos robustos e habilitadores: *“Se os países adotarem as políticas e os marcos regulatórios certos, os investimentos necessários para alcançar os ODS poderão ser reduzidos à metade. Isso gera dois benefícios: reduz os obstáculos para atingir as metas e amplia a participação do setor privado.”*

SUMÁRIO

1. O desafio político: mobilizar uma economia próspera em meio a uma polícrise — 1
2. Uma resposta por meio de políticas integradas de paisagem — 3
3. Barreiras e lacunas políticas para soluções colaborativas de paisagem — 8
4. Soluções políticas para promover o desenvolvimento integrado de paisagens — 9
5. Primeiros passos para avançar na política de paisagens — 15
6. Um chamado à ação ! — 16

Figuras

Figura 1. A economia está inserida na biosfera, e não é externa a ela — iv

Figura 2. Alianças de paisagem colaborando com parceiros da iniciativa 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas, 2024 — v

Figura 3. Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma biosfera saudável sustenta uma sociedade saudável e uma economia forte — 1

Figura 4. Gestão Integrada de Paisagens (GIP) — 3

Figura 5. Cinco elementos-chave da GIP — 4

Figura 6. Alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio da GIP: uma estratégia em três partes — 10

Caixas

Caixa 1. Madhya Pradesh, Índia: desenvolvimento regenerativo em paisagens de cultivo de algodão — 5

Caixa 2. Paisagem de Lari, Quênia: preservando alta biodiversidade e o abastecimento de alimentos e água nas cidades — 6

Caixa 3. Paisagem de Alto Mayo, Peru: desenvolvimento rural de baixas emissões nas terras altas tropicais — 6

Caixa 4. Institucionalizando a abordagem de paisagem na Costa Rica — 10



RESUMO

As nações estão diante de uma encruzilhada. As crises estão se acumulando e convergindo e vão de baixos níveis de crescimento econômico, insegurança alimentar e hídrica e aumento do desemprego, passando pelo agravamento da desigualdade e impactos climáticos e degradação ambiental. Além disso, a confiança nas instituições está se deteriorando. No entanto, as respostas de que cada país precisa estão dentro de suas próprias fronteiras nacionais—nas comunidades mais diretamente ameaçadas por esses desafios.

A influente Dasgupta Review, edição de 2021, demonstrou que a economia está inserida nos seus ecossistemas vivos (figura 1). Ainda assim, muitos países continuam a aplicar abordagens convencionais que ignoram essa realidade, apesar dos resultados decepcionantes. Lançam projetos de desenvolvimento econômico aqui e planos de restauração de ecossistemas ali, de forma isolada. O trabalho permanece fragmentado e não reflete as fortes interconexões e inter-dependência entre as dimensões econômica, ambiental e social que existem no nível da paisagem local, biorregião ou território. Ao reconhecer essas interconexões, líderes podem destravar o poder de transformar esses lugares em motores de renovação que impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável e de longo prazo.



Figura 1. A economia está inserida na biosfera, e não é externa a ela.

Paisagens integradas sólidas geram altos retornos na forma de uma economia próspera e resiliente, de bem-estar humano, natureza saudável e inspiração para um futuro melhor. Estratégias integradas de paisagem estão sendo fomentadas globalmente por agências das Nações Unidas e convenções ambientais para impulsionar o crescimento econômico sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) para a ação climática. Alianças multissetoriais locais estão se formando em todas as regiões (a figura 2 mostra apenas aquelas que trabalham com parceiros da iniciativa 1000 Paisagens). Países ao redor do mundo—de Costa Rica ao Reino Unido—estão conduzindo iniciativas nacionais pioneiras para enfrentar a ‘policrise’ desde as suas raízes mais profundas. Dirigidas pelos mais altos escalões dos governos, essas iniciativas oferecem apoio institucional a alianças locais que representam todos os setores e grupos sociais, para desenvolver estratégias e planos de ação integrados para a paisagem voltados para o desenvolvimento sustentável.

* Fonte: figura 17 (A economia está inserida na biosfera) extraída de Dasgupta, P. (2021), *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. (Londres: HM Treasury). Contém informações do setor público licenciadas sob a [Open Government Licence v3.0](#).

Formuladores de políticas públicas podem fomentar a **Gestão Integrada da Paisagem (GIP)** liderada pelas comunidades como solução estrutural para a policrise e para a revitalização econômica. O “como fazer” dessa abordagem emerge de décadas de experiência prática (**CNULD, UNFAO**):

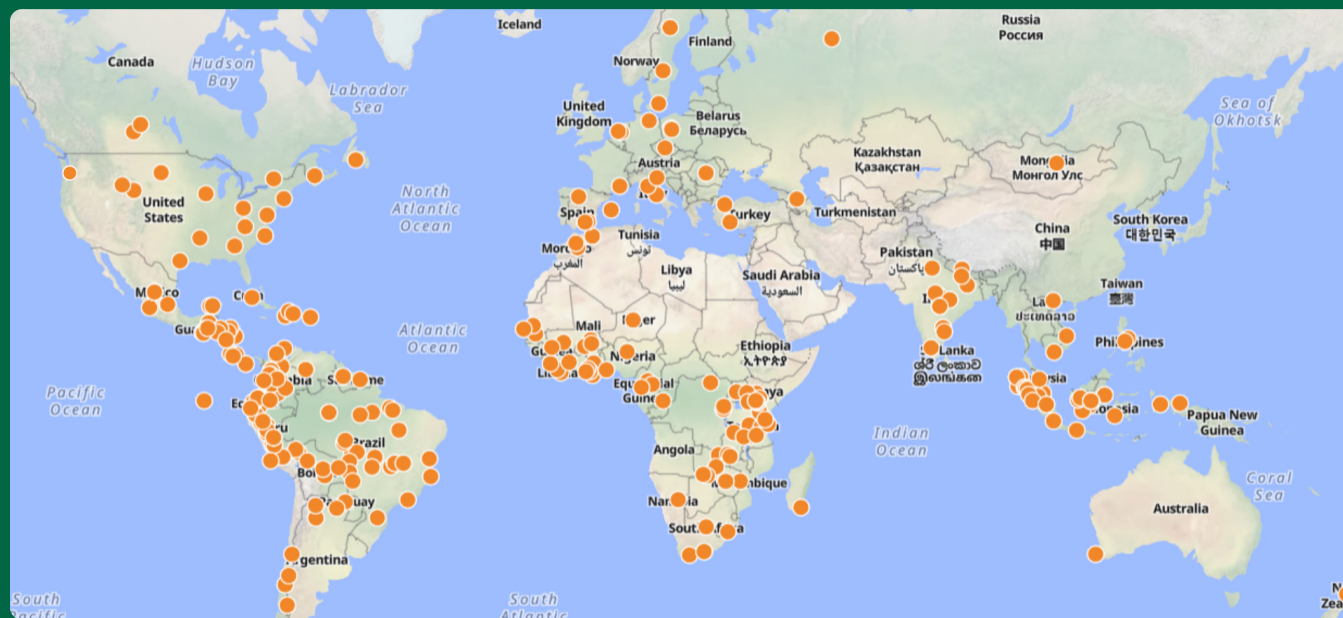
- A GIP conduzida localmente é capaz de impulsionar a energia comunitária e oferecer soluções sistêmicas.
- Por sua vez, os governos podem mobilizar estrategicamente orçamentos públicos existentes para promover convergência no território, apoiando diretamente planos de ação locais.
- O alinhamento dos investimentos públicos pode tornar os recursos mais eficazes e, ao mesmo tempo, restaurar a confiança das comunidades. Departamentos e setores governamentais podem atuar em sinergia para apoiar estratégias locais coletivamente construídas e de longo prazo, e envolver todos os grupos da sociedade na busca desses objetivos.
- Esse investimento público, por sua vez, atrairá capitais privados e filantrópicos alinhados, amplificando as soluções locais para a policrise. Assim, políticas e orçamentos públicos podem servir como base para soluções holísticas e unificadas.

A GIP tem potencial para ser uma das formas mais eficientes e eficazes de lidar com a policrise. Um marco de política pública para o avanço da GIP possui três elementos centrais (consulte a figura 3)

1. Designar uma agência governamental dedicada para servir à alianças de paisagem, e aconselhar políticas e programas públicos e da sociedade civil;
2. Garantir que as políticas, programas e orçamentos apoiem as ações e planos de investimento gerados pelas alianças de paisagem; e
3. Mobilizar apoio para estratégias de gestão de paisagem em toda a sociedade, por meio de mercados, finanças, infraestrutura digital e educação.

Este documento busca inspirar formuladores de políticas em todos os níveis de governo a somar esforços com os atores locais na linha de frente da policrise e abraçar essa visão. Os líderes têm o poder de garantir que as paisagens de suas nações e a economia floresçam. Chegou a hora de uma ação concertada em prol de soluções baseadas na paisagem.

Figura 2. Alianças de paisagem colaborando com parceiros da iniciativa 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas, 2024



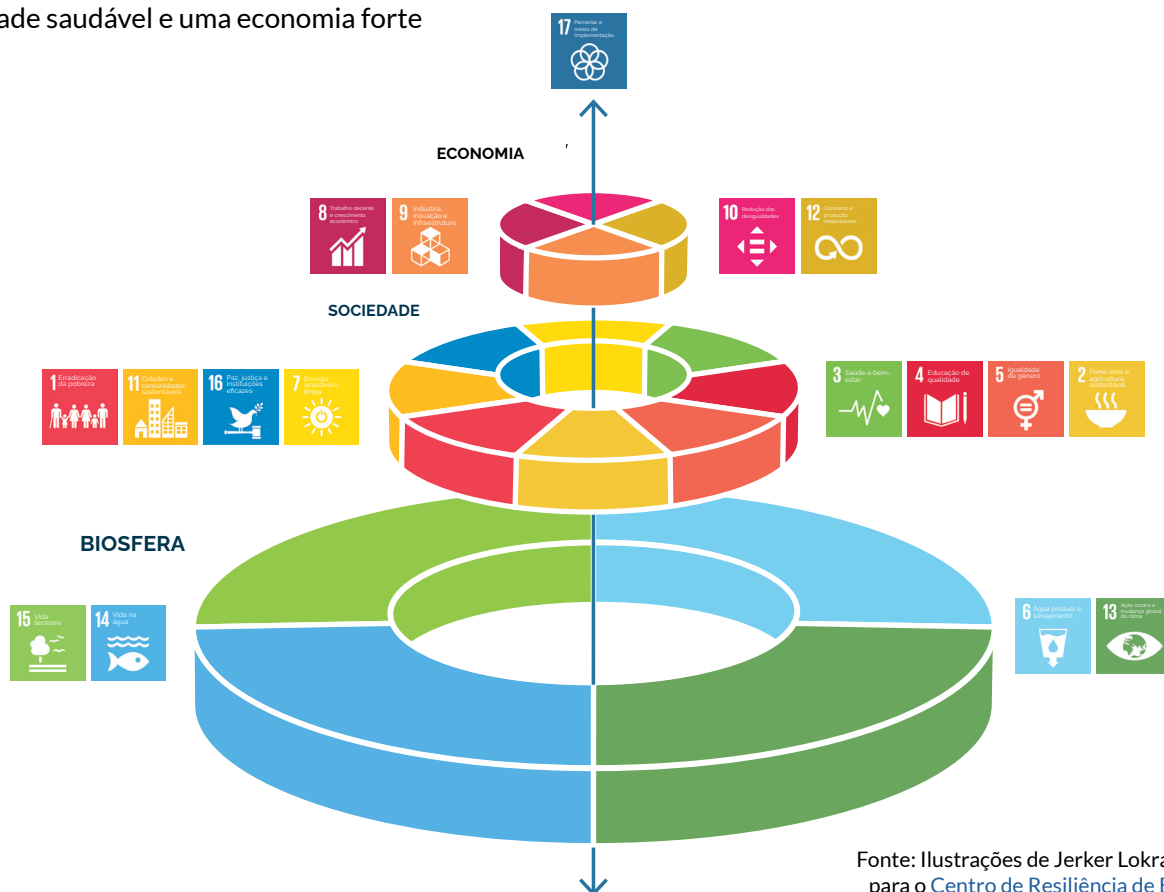
Fonte: www.landscapes.global

1. O DESAFIO POLÍTICO

Mobilizar uma economia próspera em meio a uma policrise

Muitos governos nacionais assumiram compromissos e ambições com o desenvolvimento econômico e social sustentável¹. Porém, a [Declaração do G20 de 2024](#) apontou que o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) atingiu apenas 17% das metas previstas. Uma razão central para esses resultados decepcionantes é que as ações nacionais não chegam até as comunidades locais. A segunda razão igualmente relevante é a fragmentação da atuação entre as dimensões econômica, social e ambiental. Como destaca o Prof. Partha Dasgupta na [Revisão Dasgupta de 2021](#), a economia e a sociedade estão inseridas na biosfera, e não fora dela. Os ecossistemas vivos geram boa parte do que produzimos ou consumimos, além de serviços ecossistêmicos essenciais para as pessoas – como [bacias hidrográficas saudáveis](#), controle de doenças infecciosas, polinização e regulação climática terrestre. O Instituto de Resiliência de Estocolmo ilustra essa realidade com o “[bolo de casamento](#)” dos ODS (ver figura 3).

Figura 3. Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma biosfera saudável sustenta uma sociedade saudável e uma economia forte



Fonte: Ilustrações de Jerker Lokrantz/Azote para o [Centro de Resiliência de Estocolmo](#), Universidade de Estocolmo CC BY-ND 3.0.

1 Os compromissos internacionais dos países incluem: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030](#); a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), incluindo os Acordos de Paris de 2015 para as metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC); a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS) e a agenda da FAO para a produção alimentar global sustentável; as metas de restauração de terras da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNULD); o Marco Global de Biodiversidade pós-2020 da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB); a Declaração de Líderes do [G20 do Rio de Janeiro](#); os [resultados do Congresso Mundial do ICLEI de 2024](#); entre outros.

No entanto, os sistemas econômicos e financeiros subestimam esses ecossistemas. Hoje, até metade das terras do mundo se encontra em algum estágio de degradação, impondo riscos sérios ao desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo. A perda da capacidade dessas terras degradadas de sustentar os meios de vida das comunidades também dispara processos migratórios, com efeitos em cascata nos territórios urbanos e rurais ([CNULD 2022](#)).

Configura-se, assim, um cenário de ameaças múltiplas, interdependentes e mutuamente agravantes que atingem a segurança alimentar, os recursos hídricos, o clima, a saúde humana, os recursos naturais, a energia, os meios de vida, a biodiversidade e a estabilidade social. Esse conjunto gera uma “policrise” em que nenhum desses desafios pode ser resolvido de forma isolada.

Formuladores de políticas nacionais e estaduais enfrentam o difícil desafio de responder à policrise e, ao mesmo tempo, mobilizar uma economia próspera. Na maioria dos países, as metas socioeconômicas e ambientais são perseguidas de forma independente por ministérios distintos, sem um foco espacial compartilhado. Estratégias desenhadas em capitais distantes das comunidades afetadas não entregam resultados concretos no território. Os objetivos nacionais permanecerão fora de alcance enquanto não houver atenção explícita às políticas subnacionais e ao apoio às ações locais. Para enfrentar a policrise de forma integral, é preciso uma mudança de base: adotar uma perspectiva de longo prazo e aplicar políticas e práticas regenerativas, transformadoras e circulares a todos os setores econômicos (conforme orientações do [G20](#) e da [OCDE](#)).



2. UMA RESPOSTA POR MEIO DE POLÍTICAS INTEGRADAS DE PAISAGEM

Como, então, os formuladores de políticas podem enfrentar esses problemas complexos e interligados? As sociedades precisam de uma nova abordagem sistêmica e territorialmente enraizada, que amplie o protagonismo das populações locais na tomada de decisões e responda às realidades ecológicas e socioeconômicas de cada lugar. É preciso também viabilizar a ação coordenada entre setores e integrar governo, sociedade civil e atores de mercado. A [gestão integrada de paisagens](#) (GIP), implementada por Alianças de paisagem (APs) de longo prazo, emergiu como uma resposta poderosa ([CNULD](#), [UNFAO](#)).

Gestão integrada de paisagens: uma abordagem holística de desenvolvimento para a economia, a comunidade, a natureza e a inspiração

A GIP promove um desenvolvimento sustentável holístico e contextualizado no território, capaz de gerar benefícios para uma economia regenerativa, o bem-estar humano, uma natureza vigorosa e a inspiração para um futuro melhor (ver figura 4). A GIP mobiliza todos os atores do território para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades. A escala da gestão de paisagens é maior que uma comunidade, mas menor que uma província ou estado — normalmente com pelo menos 100.000 hectares —, a fim de abranger características e processos ecológicos, econômicos e sociais fundamentais. A paisagem é uma unidade socioecológica, e suas fronteiras são definidas pelos próprios atores.

A paisagem oferece uma mesoescala estratégica para o planejamento e o investimento integrados. A GIP se constrói sobre uma base rica de modelos organizacionais e técnicos inovadores de gestão regional, territorial e ecossistêmica, bem como sobre práticas culturais e ecológicas de gestão territorial dos povos indígenas e tradicionais. Ao tratar os desafios locais de forma sistemática, especialmente explícita e de baixo para cima, a abordagem também pode contribuir de forma sustentada para as metas e os compromissos nacionais nas áreas econômica, ambiental, climática e de bem-estar social.



Figura 4. Gestão Integrada de Paisagens (GIP) — Fonte: 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas

Ao alinhar estrategicamente práticas agrícolas e não agrícolas regenerativas, infraestrutura, negócios e mercados, e investimentos em habitats naturais, uma aliança de paisagem fomenta meios de vida diversificados, segurança alimentar e cobertura vegetal ao longo do ano — protegendo solos, cursos d'água, biodiversidade e o clima.

Source: 1000 Landscapes for 1 Billion People, [An Introduction to Integrated Landscape Management](#).

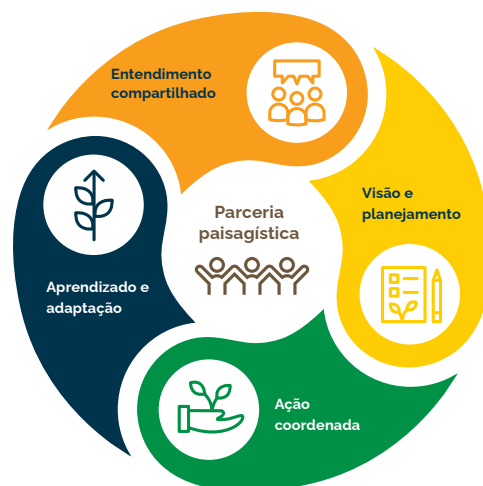
Elementos-chave da GIP

- Uma aliança ou plataforma entre múltiplos atores e intersetorial para aprendizado de longo prazo, negociação e ação coordenada na paisagem, com o apoio de facilitadores qualificados e confiáveis
- Uma visão de longo prazo para o desenvolvimento, definida pelos atores para a paisagem, que abrange economia regenerativa, bem-estar humano e natureza saudável
- A adoção de sistemas e práticas agrícolas, de conservação e outros usos do solo que gerem benefícios alinhados à visão da paisagem
- Planejamento espacial para garantir que os diferentes usos do solo e práticas ao longo da paisagem produzam sinergias ecológicas e econômicas positivas
- Políticas e desenvolvimentos de mercado que sustentem estratégias integradas voltadas para objetivos econômicos, bem-estar social e responsabilidade ambiental.

A implementação de iniciativas na escala da paisagem envolve aprendizado mútuo e negociação entre atores diversos, com diferentes expertises dos setores privado, público e cívico. Uma AP oferece um mecanismo prático para implementar os [cinco elementos-chave da GIP](#) (ver figura 5):

- **Construir e manter uma aliança de paisagem multiator**
- **Desenvolver uma compreensão compartilhada da paisagem** — sua história, seu estado atual, e seus futuros possíveis — entre os atores
- **Construir uma visão comum ou objetivos de longo prazo** acordados entre os atores, e então elaborar uma estratégia de longo prazo e um plano de ação de curto prazo
- **Coordenar a ação e o financiamento** dos projetos previstos no plano
- **Avaliar coletivamente os impactos** e os aprendizados para adaptar a estratégia e o plano

Figura 5. Cinco elementos-chave da GIP —



Fonte: 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas
[Integrated Landscape Management Practical Guide](#).

Quase todas as APs incluem parceiros do poder público local na colaboração, e muitas também integram agências governamentais estaduais e federais. Essas plataformas podem ser uma das formas mais eficazes de informar e coordenar as ações de diferentes entidades governamentais na paisagem.

A GIP como elo entre objetivos locais e nacionais

A GIP respeita os valores locais e responde às necessidades, riscos e prioridades de cada território. Tem o potencial de [gerar novos empregos](#) por meio de práticas e investimentos em economia regenerativa e circular. Um caminho de desenvolvimento econômico mais equilibrado e inclusivo oferece oportunidades sustentáveis de emprego e renda dentro de uma paisagem, ao mesmo tempo em que mitiga e gerencia os riscos e custos significativos associados às mudanças climáticas, à saúde, à migração, à pobreza estrutural e à instabilidade social. A GIP em áreas periurbanas pode fortalecer os [vínculos positivos entre o campo e a cidade](#).

Ao articular explicitamente estratégias produtivas, ambientais e de mercado na escala da paisagem, a GIP também é central para o [crescimento da produção agrícola necessário](#) para alimentar uma população mundial crescente. [Transformar sistemas alimentares por meio de paisagens regenerativas](#) conecta estratégias regenerativas e agroecológicas a soluções baseadas na natureza. Cada dólar investido na regeneração do território [tem o potencial de retornar entre US\\$ 7 e US\\$ 30 ao longo](#) do tempo. Essa transformação proporcionaria imensos [benefícios econômicos para o PIB](#), ao mesmo tempo em que contribui para a ação climática e o desenvolvimento sustentável.

Crescem as evidências sobre os impactos dinâmicos catalisados por essas parcerias no crescimento econômico, na restauração de recursos naturais e no bem-estar humano. Isso inclui o [levantamento do TP4D sobre desenvolvimento territorial de 2021](#); o [white paper da 1000 Paisagens e da Regen10 sobre paisagens regenerativas para a transformação dos sistemas alimentares](#); [avaliações do Banco Mundial sobre programas de desenvolvimento territorial e de paisagem](#); e os [Programas de Impacto do GEF](#) que promovem a GIP, os sistemas alimentares e paisagens florestais sustentáveis. Exemplos diversos da Índia (Caixa 1), do Quênia (Caixa 2) e do Peru (Caixa 3) ilustram como a GIP pode contribuir tanto para os objetivos locais quanto para os nacionais, e como esses impactos podem se expandir com o suporte de políticas.

CAIXA 1. MADHYA PRADESH, ÍNDIA: DESENVOLVIMENTO REGENERATIVO EM PAISAGENS DE CULTIVO DE ALGODÃO

O [Regenerative Production Landscape Collaborative](#) (RPLC) é uma iniciativa jurisdicional inovadora (liderada pelo poder público local) em 10 áreas produtoras de algodão do estado de Madhya Pradesh, na Índia, que sofreram alta degradação em razão de práticas de uso do solo. O objetivo do RPLC é fomentar ecossistemas agrícolas que conservem e ampliem os recursos naturais e fortaleçam a resiliência das comunidades, ao mesmo tempo em que permitem às empresas abastecer-se de forma responsável.

As intervenções no campo apoiam a transição para a agricultura regenerativa e criam vínculos de mercado para que a paisagem produza algodão e culturas alimentares — incluindo trigo, soja, leguminosas, especiarias, hortaliças e frutas. Os parceiros governamentais constroem as condições políticas, financeiras e tecnológicas para a transição em larga escala para a agricultura regenerativa. Em 2024, 260.000 hectares estavam sob gestão de paisagem e 82.000 agricultores adotavam práticas regenerativas.



CAIXA 2. PAISAGEM DE LARI, QUÊNIA: PRESERVANDO ALTA BIODIVERSIDADE E O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS E ÁGUA NAS CIDADES

A paisagem de Lari, nas terras altas centrais do Quênia, abriga cerca de 135.000 habitantes distribuídos por 170 km² e é um importante produtor de chá para exportação e hortaliças para os mercados urbanos próximos. [A Kijabe Environment Volunteers \(KENVO\)](#) foi criada em 1994 por jovens lideranças locais para mobilizar as comunidades contra o desmatamento ilegal conduzido por atores externos. A iniciativa evoluiu para se tornar uma aliança de paisagem madura, reunindo empresas, organizações comunitárias e agências governamentais, conforme descrito nesta [reportagem multimídia](#).

O trabalho da AP preserva uma das poucas florestas nativas remanescentes na Cordilheira dos Aberdares, que abriga uma biodiversidade única e é fonte hídrica essencial para grandes centros urbanos. A colaboração estimulou sistemas de produção regenerativa e novos mercados com certificação ecológica para hortaliças de uma cooperativa com 1.200 agricultores, além do ecoturismo e de plantas de envase, bem como a ampliação de serviços comunitários de saúde e educação.



CAIXA 3. PAISAGEM DE ALTO MAYO, PERÚ: DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÕES NAS TERRAS ALTAS TROPICAIS

Alto Mayo, uma unidade territorial dentro da região de San Martín, é um hotspot mundial de biodiversidade nas terras altas tropicais do Perú. Com 300.000 habitantes, a região registra expansão na produção de café, cacau, carne bovina e peixes criados em cativeiro. A Estratégia Regional Integrada para o Desenvolvimento Rural de Baixas Emissões de San Martín desenvolveu estratégias na escala da paisagem para atender a objetivos locais, regionais e nacionais.

O programa para Alto Mayo apoia a transição dos agricultores para práticas agrícolas mais sustentáveis em mais de 300 km² de terras cultivadas, reforça a gestão eficaz de quase 1.910 km² de áreas de conservação e garante que as melhorias viárias ocorram apenas onde o impacto econômico esteja associado a baixos índices de desmatamento. Um investimento multifásico de US\$ 67 milhões está planejado para toda a paisagem. [Uma análise aprofundada](#) projeta que a implantação coordenada de investimentos em proteção, produção e conexão (redes viárias) aumentará significativamente os retornos financeiros e reduzirá os custos esperados. Os benefícios para o meio ambiente, as comunidades e a resiliência dos setores produtivos superam em muito os retornos financeiros.

A GIP se dissemina amplamente

A GIP e o apoio a alianças de paisagem [disseminaram-se amplamente](#) nas últimas décadas. Levantamentos continentais realizados entre 2011 e 2015 documentaram 457 iniciativas de paisagem no [sul e sudeste da Ásia](#), na [África subsaariana](#), na [Europa](#) e na [América Latina e no Caribe](#). Os parceiros da iniciativa 1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas já atuam junto a várias centenas de APs. Coalizões nacionais de APs se formaram ou estão em formação. Entre os exemplos estão o Quênia ([KenLAP](#)), o Brasil (na [Rede Brasileira de Florestas Modelo](#)), a Índia ([Common Ground](#)) e Espanha/Portugal ([Rede Ibérica de Territórios Regenerativos](#)).

ONGs, governos, empresas e comunidades começaram a promover as APs. Iniciativas globais têm trabalhado para sistematizar, desenvolver e compartilhar conhecimentos, ferramentas e boas práticas para a implementação prática da GIP, como a [Landscapes for People, Food and Nature \(LPFN\)](#); a iniciativa [1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas](#); o [Global Landscapes Forum](#); e a [Década da ONU para a Restauração dos Ecossistemas](#).

As abordagens de desenvolvimento territorial e de paisagem integradas foram respaldadas pelas convenções das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (UNFCCC, 2016), combate à desertificação (CNULD, 2017) e diversidade biológica (CDB, 2016); pelo Fórum Político de Alto Nível da ONU sobre os ODS (2018); a Década da ONU para a Restauração dos Ecossistemas (2021); ONU-Habitat (2019); a Assembleia Geral das Nações Unidas (2015); o IPCC (2022); e a coalizão de Governos Regionais (Regions4, 2021).

Grandes empresas internacionais [começam a se engajar na GIP](#) para gerir riscos de negócios. O [Fórum Econômico Mundial e a Tropical Forest Alliance](#) relatam que o número de iniciativas de paisagem e jurisdicionais apoiadas por empresas cresceu sete vezes entre 2016 e 2022. Ainda assim, apenas uma fração dos recursos chega a projetos em portfólios de investimento em paisagens desenhados, liderados e priorizados colaborativamente pelas APs locais.

Vários países estabeleceram programas nacionais para a ação integrada em paisagens. Exemplos notáveis são Austrália, Costa Rica, Etiópia, Países Baixos, Perú, Ruanda, Escócia, África do Sul e Estados Unidos. No entanto, do ponto de vista organizacional, a maioria ainda opera e é orçamentada separadamente dos principais programas ministeriais setoriais.

3. POLICY BARRIERS AND GAPS

to achieving collaborative landscape solutions

OS GOVERNOS NACIONAIS E ESTADUAIS TÊM UM PAPEL CATALISADOR DECISIVO NA AMPLIAÇÃO DA GIP. NO ENTANTO, POUCOS PAÍSES OFERECEM SUPORTE POLÍTICO E INSTITUCIONAL SISTEMÁTICO PARA QUE AS APS SE ESTABELEÇAM E PROSPEREM. AS PRINCIPAIS BARREIRAS E LACUNAS INCLUEM:

- **Falta de informação:** As iniciativas e estratégias de paisagem locais são desconsideradas nos processos políticos. Na maior parte dos lugares, os planos governamentais ignoram os planos desenvolvidos pelas comunidades e pelas APs. Essa exclusão reflete padrões convencionais de tomada de decisão e de investimento. Da mesma forma, os grupos locais frequentemente desconhecem programas ou políticas governamentais importantes que poderiam apoiar ou limitar seu trabalho.
- **Falta de suporte:** Há poucos serviços técnicos e jurídicos integrados disponíveis para as APs. A maioria das APs não acessa suporte técnico, gerencial, jurídico, de treinamento ou de dados que atenda às necessidades da GIP. Os órgãos governamentais frequentemente oferecem uma gama limitada de serviços, com pouca coordenação entre as agências.
- **Fragmentação:** As políticas públicas, o planejamento e os orçamentos são altamente fragmentados e compartimentados. Os objetivos e as políticas econômicas frequentemente carecem da coerência necessária para responder às realidades atuais e às necessidades futuras. O financiamento governamental tende a se concentrar em projetos individuais em setores específicos, em vez de investir em grupos de projetos intersetoriais capazes de gerar sinergias para o desenvolvimento econômico da paisagem.
- **Desconexão:** As ações do setor público e do setor privado dentro das paisagens estão desconectadas. O planejamento governamental se concentra no desenho e no financiamento de atividades e investimentos implementados por entidades governamentais. As APs precisam urgentemente de suporte e serviços públicos para construir pontes concretas com empresas privadas e instituições financeiras.
- **Falta de mecanismos financeiros adequados:** As instituições financeiras não estão organizadas para financiar investimentos coordenados em paisagens. Um desafio central para as APs é engajar o setor empresarial e financeiro e coordenar os recursos necessários para cumprir seus planos de ação holísticos. Os mecanismos financeiros muitas vezes carecem de características ambientais, sociais e de governança essenciais para a regeneração da paisagem.



4. SOLUÇÕES POLÍTICAS

Para promover o desenvolvimento integrado de paisagens

Soluções políticas que adotem uma abordagem sistêmica e territorialmente enraizada para o desenvolvimento sustentável serão mais eficazes. Uma visão e políticas centradas na paisagem podem conectar orçamentos e estruturas governamentais, a sociedade civil e os mecanismos de mercado, alinhando objetivos locais e nacionais. Isso exige empoderar os atores locais da paisagem como contribuintes das decisões de governança, e não apenas como consultados e beneficiários. Para que as APs prosperem no longo prazo, os governos podem desenvolver políticas de suporte e alinhamento, promover aprendizado e troca de conhecimento, oferecer fortalecimento de capacidades e serviços técnicos, e facilitar o acesso a serviços financeiros e empresariais.

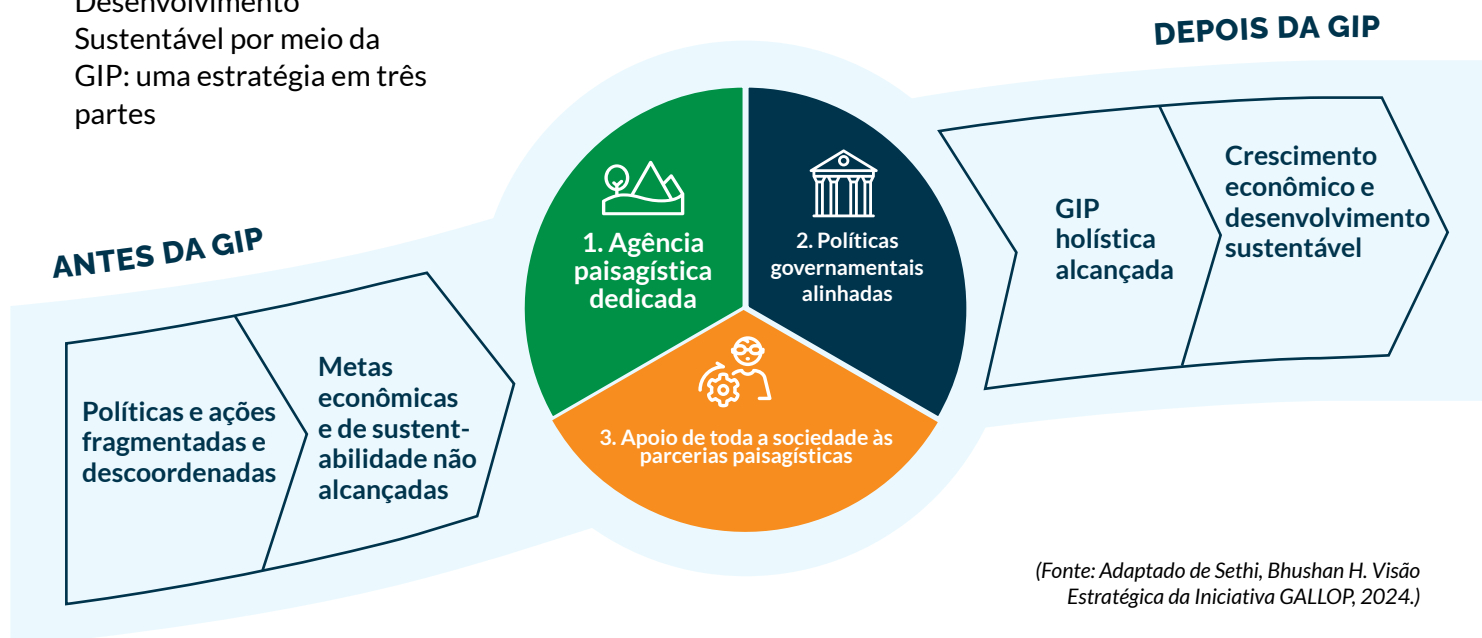
Orientações práticas de política para abordagens territoriais e de paisagem podem ser encontradas na [EcoAgriculture, na GALLOP e nas Universidades de Cornell e Columbia](#), na [coalizão internacional TP4D](#), e na [Commonland e parceiros](#). Trabalhos mais amplos sobre mecanismos de governança multinível também oferecem contribuições relevantes, como os da [ONU-Habitat](#) e do [University College de Londres-G20](#). A política de paisagem pode se tornar um pilar para uma governança melhor de forma mais geral.

Um marco político para fazer avançar a GIP tem três pilares centrais:

1. A criação de uma agência de paisagem dedicada dentro do governo, a serviço das Alianças de paisagem e encarregada de assessorar políticas e programas públicos e da sociedade civil
2. A garantia de que políticas, programas e orçamentos governamentais apoiem os planos de ação e investimento gerados pelas APs
3. A mobilização de apoio às estratégias de paisagem em toda a sociedade, incluindo mercados, finanças, infraestrutura digital e educação

A figura 6 ilustra como esses elementos, juntos, podem acelerar o desenvolvimento econômico nacional e o desenvolvimento sustentável. O programa nacional de paisagem da Costa Rica (Caixa 4) colocou muitos desses elementos em prática.

Figura 6. Alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio da GIP: uma estratégia em três partes



(Fonte: Adaptado de Sethi, Bhushan H. Visão Estratégica da Iniciativa GALLOP, 2024.)

CAIXA 4. INSTITUCIONALIZANDO A ABORDAGEM DE PAISAGEM NA COSTA RICA

A Costa Rica demonstra como um programa nacional pode institucionalizar a abordagem de paisagem. Seu Programa Nacional de Corredores Biológicos, coordenado pelo [Sistema Nacional de Áreas de Conservação](#) sob o Ministério do Meio Ambiente e Energia, foi criado por política pública em 2006. [O programa](#) integra as dimensões ecológica, social e produtiva em um marco de governança participativa concebido para conciliar meios de vida, conservação e desenvolvimento territorial sustentável. Em 2024, a Costa Rica havia desenvolvido 51 corredores biológicos multifuncionais, engajando mais de 1.500 atores institucionais e comunitários. Esses corredores cobrem um terço do território nacional, formando um mosaico interconectado.



1. Criando uma agência de paisagem dedicada dentro do governo

Uma agência de paisagem (AgP) dedicada pode oferecer um ponto focal estratégico para a ação governamental em apoio ao desenvolvimento integrado de paisagens. Trabalhando juntos, a AgP e as APs podem conduzir a gestão da paisagem por meio de uma visão e ação comunitárias de baixo para cima, com suporte político e orçamentário de cima para baixo.

- **O papel da agência de paisagem:** A AgP pode desempenhar papéis diversos. A agência pode articular-se com todos os tipos de processos colaborativos holísticos com enfoque territorial, como biorregiões, territórios funcionais, paisagens bioculturais, áreas de gestão integrada de bacias hidrográficas e territórios indígenas. A AgP pode ajudar a alinhar os financiamentos governamentais estaduais e federais com o planejamento e as iniciativas de baixo para cima das APs. A agência pode compartilhar e fomentar o intercâmbio de conhecimento entre ministérios, e assessorar o planejamento ministerial e as alocações orçamentárias para gerar sinergias intersetoriais.
- **Valores para o sucesso:** [A experiência global](#) sugere alguns ingredientes-chave para o sucesso do suporte público às APs. É importante que a política pública endosse explicitamente as APs para o desenvolvimento territorial integrado. Também são centrais o compromisso de apoiar a governança participativa da paisagem e o engajamento construtivo do governo com as parcerias e redes de paisagem existentes.
- **Posição da agência na estrutura governamental:** A AgP tem um mandato funcional; sua organização pode ser estruturada para se adequar ao contexto nacional. Assim, pode ser posicionada em um órgão central de coordenação, como a Presidência ou a Comissão de Planejamento; em um ministério existente com mandatos relacionados à terra e aos recursos; ou como uma autoridade independente. É fundamental que a agência mantenha relações de trabalho fortes com todos os ministérios já ativos em iniciativas de paisagem ou territoriais.

2. Garantindo que políticas, programas e orçamentos governamentais apoiem os planos de ação e investimento gerados pelas APs

As APs, assim como a agência de paisagem, serão mais eficazes dentro de um marco de política nacional robusto. As estratégias de paisagem podem ser incorporadas aos processos de planejamento e análises governamentais, aos programas e orçamentos e aos investimentos, com papéis centrais para os governos subnacionais.

[Mecanismos de governança aprimorados](#) podem viabilizar o desenvolvimento sustentável no futuro.

Por exemplo, políticas que garantam a posse da terra e dos recursos, reconheçam usos informais do solo e promovam a equidade de gênero fortalecem a legitimidade e a eficácia da GIP. Enquanto isso, ao buscar contribuições das APs, os processos do governo nacional podem ajudar a fundamentar as políticas estaduais e nacionais.

- **Incorporando as prioridades da paisagem ao processo de planejamento nacional:** A maioria dos países conta com uma entidade central responsável pelo planejamento de alto nível. É útil que esse órgão tenha um mandato político e legislativo para definir políticas para GIP sustentáveis e holísticas, que apoiem a tomada de decisão de baixo para cima e a colaboração interministerial. As estratégias de paisagem integradas podem ser usadas para desbloquear novas fontes de financiamento para os ODS, as [NBSAPs](#), os planos nacionais de Neutralidade da Degradação da Terra e as NDCs. [Plataformas nacionais de diálogo para atores financeiros](#) de todo o espectro de capital podem apoiar esse trabalho.
- **Na escala nacional, sincronizando programas e orçamentos entre ministérios:** Para apoiar o desenvolvimento holístico da paisagem com liderança comunitária, os ministérios nacionais podem elaborar mecanismos que alinhem melhor seu planejamento e suas ações setoriais. Já há inovação considerável nessa direção. Exemplos na África incluem a iniciativa GPS-Development no Benin, o piloto de Neutralidade da Degradação da Terra em Gana e o planejamento integrado no nível dos condados no Quênia. Modelos de coordenação interministerial para a ação na paisagem foram desenvolvidos na Austrália, Etiópia, Índia e Escócia.
- **Incorporando as dinâmicas da paisagem nas análises econômicas e financeiras:** Os ministérios da economia, das finanças e do planejamento nacional frequentemente recorrem a valores econômicos e financeiros de curto prazo. Recomenda-se que as dinâmicas da paisagem sejam incorporadas às suas análises, por meio de métodos abrangentes de análise de custo-benefício que também valorizem fatores como resiliência econômica, equidade e valores ecológicos e sociais dos investimentos.
- **Na escala da paisagem, sincronizando programas e orçamentos entre setores e jurisdições:** Coordenar gastos e programas orçamentários do setor público pode facilitar o alinhamento, gerir riscos e promover a ação comunitária. Por exemplo, em [Antananarivo](#), Madagascar, planejadores representando cinco ministérios de três regiões colaboraram para desenvolver um plano de cinco anos, beneficiando cerca de 250.000 pessoas em nove distritos.

- **Financiamento público para investimentos em paisagens:** Os programas governamentais podem fazer quatro tipos de contribuições financeiras às APs. A primeira é por meio de financiamento a fundo perdido para a organização e a gestão das APs. A segunda é pelo alinhamento de diferentes fluxos de financiamento público dentro da paisagem. A terceira é catalisar modelos de negócios escaláveis por meio do financiamento direto de projetos selecionados. A quarta é a prestação de serviços de suporte financeiro para ajudar as APs a mobilizar financiamento.
- **Co-investindo com o setor privado:** Os governos podem mobilizar investimentos de empresas privadas em projetos comerciais compatíveis com a gestão da paisagem de diversas maneiras. Eles podem oferecer incentivos diretos e coinvestir com empresas para tornar esses projetos mais viáveis financeiramente (ou “bancáveis”). À medida que as iniciativas de paisagem amadurecem, os governos podem ajudar a estruturar mecanismos de financiamento misto (*blended finance*) que vinculem investimentos comerciais a investimentos sociais e ambientais em uma determinada paisagem, ou até mesmo em múltiplas paisagens. Os

formuladores de políticas podem transformar o financiamento integrado de paisagens em um pilar central da estrutura de investimentos estratégicos de um país. Por exemplo, bancos públicos de desenvolvimento poderiam ser orientados a canalizar recursos especializados — como os provenientes de fundos climáticos e programas de crédito de carbono — para carteiras de investimento em paisagens. Tal estrutura também poderia influenciar agências internacionais e multilaterais a alinhar suas práticas de assessoria política, estruturação financeira e assistência técnica para promover o investimento integrado em paisagens. Modelos e instrumentos financeiros inovadores estão surgindo para viabilizar a implementação dessas estratégias.

- **Fortalecendo os papéis dos governos subnacionais:** Embora as políticas do governo nacional sejam essenciais, os vínculos governamentais das APs no cotidiano se dão principalmente com os governos locais — estados, municípios, cidades e distritos. Em alguns casos, o governo subnacional é o principal convocador ou facilitador da AP. Os governos locais podem se unir para organizar ou participar de alianças de paisagem (como as “mancomunidades” na América Central).

3. Mobilizando apoio às estratégias de paisagem em toda a sociedade

Os governos podem ser catalisadores para que organizações privadas e da sociedade civil alinhem suas atividades às estratégias de paisagem com liderança local. Em particular, podem promover uma educação abrangente sobre paisagens, incentivar a colaboração, conectar as APs aos atores de mercado e mobilizar a infraestrutura digital.

- **Conectando as Alianças de paisagem aos atores de mercado e financeiros:** As cadeias de suprimento de produtos — da produção à reciclagem e ao reuso — inseridas em uma estratégia de desenvolvimento da paisagem, são essenciais para garantir a gestão sustentável das paisagens. A agência de paisagem pode assessorar as empresas sobre a gestão responsável dos recursos naturais em suas atividades de mercado, o uso de subsídios públicos e filantrópicos e as redes de proteção social.
- **Mobilizando infraestrutura digital para as paisagens:** As comunicações digitais, a internet e os sistemas em nuvem estão acessíveis em praticamente todo lugar. Os governos podem promover uma infraestrutura digital amigável e específica para as APs. As ferramentas digitais têm o potencial de facilitar processos-chave da GIP, como a comunicação entre parceiros; o mapeamento colaborativo; o monitoramento das cadeias de suprimento de recursos; e o monitoramento, o reporte e a verificação para pagamentos por serviços ecossistêmicos.
- **Promovendo uma educação abrangente sobre paisagens:** Historicamente, a gestão de paisagens não foi percebida como um ativo estratégico para o desenvolvimento. Formuladores de políticas, gestores públicos, entidades privadas e o público em geral precisam aprofundar sua compreensão e ampliar suas capacidades em GIP. Um exemplo é o programa de formação desenvolvido para lideranças governamentais distritais na Tanzânia sobre [“agricultura climática inteligente na paisagem”](#). A GIP poderia ser incorporada aos currículos escolares em agricultura, ciências e educação cívica.
- **Incentivando a colaboração público-privada-cívica:** Os formuladores de políticas podem criar incentivos que estimulem a colaboração e o investimento conjunto entre agências públicas, cidadãos e o setor privado na paisagem. A Índia, por exemplo, [comprometeu recursos políticos e financeiros](#) para incentivar a participação do setor privado em energias renováveis, garantindo que o país atingisse sua meta antes do prazo previsto..



5. PRIMEIROS PASSOS

Para avançar na política para paisagens

As mudanças políticas para apoiar a ação multifuncional nas paisagens podem ser graduais. Para tornar esses avanços práticos e executáveis, os formuladores de políticas poderiam começar com estes passos concretos para engajar os líderes de paisagem do país e motivar os líderes governamentais nos setores econômico, social e ambiental.

- **Criar um Grupo de Trabalho de Paisagem (GT):** O GT pode ser liderado pelo governo ou iniciado fora dele, mas com seu envolvimento próximo. O GT avaliaria como o governo apoia atualmente a GIP e as APs. O GT poderia explorar formas de os ministérios desenvolverem um marco comum de paisagem para coordenar o planejamento para os ODS, as Estratégias e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade, a Neutralidade da Degradação da Terra, os Planos Nacionais de Adaptação e as NDCs.
- **Fazer um inventário:** Identificar e engajar as APs existentes e as empresas, ONGs e programas públicos colaboradores. Uma atividade inicial do GT seria mapear os programas governamentais, de ONGs e de empresas que apoiam a GIP, bem como as APs formais e informais que visam a um desenvolvimento integrado, multiator e territorialmente enraizado. Uma consulta estruturada entre líderes de APs e o grupo de trabalho pode iluminar as formas pelas quais a política atualmente apoia ou obstaculiza as iniciativas de paisagem.

- **Sensibilizar:** Organizar diálogos nacionais para disseminar a GIP como resposta central à policrise e elaborar uma Estratégia e um Plano de Ação para Apoio às APs. Os formuladores de políticas podem organizar diálogos interministeriais, trocas e visitas de campo (com facilitadores qualificados) para conhecer as abordagens de paisagem e ouvir as lideranças do território. Explorar mecanismos para mitigar os custos associados ao risco de desastres, à perda de biodiversidade e às perdas por mudanças climáticas é fundamental.
- **Fortalecer capacidades:** Organizar uma estratégia para ampliar a capacidade dos órgãos governamentais em GIP. O conhecimento e as capacidades para implementar a GIP serão um motor central de todas as outras mudanças. Por isso, a sensibilização e o fortalecimento de capacidades são necessários em todos os níveis de governo, incluindo a agência de paisagem e o grupo de trabalho. Visitas de campo e diálogos com as APs podem aprofundar a compreensão.
- **Projetos-piloto:** Pilotar e aperfeiçoar novos processos em paisagens selecionadas. Baseando-se nos resultados acima, o governo pode selecionar APs com as quais pilotar processos e serviços de suporte governamental. Os critérios de seleção podem considerar APs já em operação e paisagens onde as oportunidades econômicas estejam sendo ameaçadas por riscos ecológicos e outros riscos de longo prazo. Os aprendizados dos pilotos podem orientar a estratégia de escalonamento do governo.

UM CHAMADO À AÇÃO !

Somente o foco na paisagem pode oferecer a diferentes atores da sociedade uma base comum para integrar seus planos e ações e alcançar economias resilientes, desenvolvimento sustentável e uma série de compromissos internacionais. Embora as soluções territorialmente enraizadas precisem estar fundamentadas nos contextos e nas prioridades das próprias comunidades, os governos nacionais e subnacionais têm um papel catalisador decisivo em seu sucesso e em garantir que os esforços coletivos gerem impacto em escala. Este é o momento para que os líderes governamentais tomem medidas políticas decisivas e concertadas, traçando seu próprio roteiro estratégico em direção a essa visão de paisagem.



Ao longo da última década, a GALLOP examinou políticas e design institucional para viabilizar a escala e a colaboração eficaz entre todos os atores engajados na gestão integrada de paisagens (GIP). A iniciativa busca fomentar uma articulação genuinamente de baixo para cima das necessidades das comunidades e das paisagens ou bacias hidrográficas, e mapeá-las sistematicamente nos processos de planejamento de cima para baixo do setor público e nas alocações orçamentárias. A GALLOP explora formas de harmonizar instituições e mecanismos de entrega — reunindo serviços públicos, iniciativas de responsabilidade social corporativa, engajamento do setor privado e prioridades comunitárias — para fazer avançar os ODS e as NDCs, ao mesmo tempo em que reduz as emissões nacionais e fortalece a adaptação climática.

Visite www.gallop.earth | Entre em contato pelo e-mail outreach@gallop.earth



1000 Paisagens para 1 Bilhão de Pessoas (1000L) é uma coalizão de organizações unidas por uma missão compartilhada: fazer avançar os esforços locais de paisagem para sustentar e restaurar ecossistemas, construir prosperidade rural, enfrentar as mudanças climáticas e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nossa meta é que, até 2030, as alianças de paisagem entreguem soluções sustentáveis em 1.000 paisagens para 1 bilhão de pessoas. A 1000L está construindo a infraestrutura para ajudar as alianças de paisagem a se conectarem e se aliarem, fortalecer suas capacidades e lideranças, acessar dados e ferramentas digitais para maior impacto e mobilizar financiamento para escalar o investimento em paisagens.

Visite www.landscapes.global | Entre em contato pelo e-mail outreach@landscapes.global